

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MPEs NA ESTRUTURA INDUSTRIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE POR PORTE, SETOR DE ATIVIDADE E IDADE DAS EMPRESAS NOS ANOS 2000^{1,2}

Marisa dos Reis A. Botelho³

Juliane Barbosa Ferreira⁴

Michelle de Castro Carrijo⁵

Graciele de Fátima Sousa⁶

Ariana Cericatto da Silva⁷

A discussão sobre indústria e política industrial tem crescido em importância nos últimos anos. Entre outras razões, a ocorrência de processos de desindustrialização em vários países tem contribuído para realçar a importância desse tema. O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na estrutura industrial brasileira, com foco na participação das micro e pequenas empresas (MPEs). A análise referencia-se na implementação de um conjunto de medidas de política industrial nos anos 2000, que tinham como um de seus objetivos a melhoria da inserção desse segmento de empresas na estrutura industrial brasileira. O indicador de *market share* (MS) foi utilizado para mostrar as mudanças na participação das MPEs na estrutura industrial e foi sistematizado considerando-se o porte das empresas, setor de atuação e idade no período 2007-2016. Os dados secundários utilizados são da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) e do Cadastro Central de Empresas (Cempre), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultado principal, verificou-se que não houve alteração importante do MS das MPEs no período de vigência das políticas industriais, embora diferenças nessa tendência tenham sido encontradas na desagregação por setor e idade.

Palavras-chave: indústria brasileira; porte das empresas; idade das empresas; política industrial; *market share*.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ppp64art6>

2. As autoras agradecem o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) à elaboração deste trabalho, por meio do projeto Demanda Universal (APQ 02761-15).

3. Professora titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais (Ieri) e Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* botelhomr@ufu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0919093679710607>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4905-6673>.

4. Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). *E-mail:* juliane.ferreira@uftm.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9763299909162383>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5637-2212>.

5. Professora da Faculdade de Gestão e Negócios da UFU. *E-mail:* michellectricarrijo@ufu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7010983993215865>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3606-0780>.

6. Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projeto Econômico-Sociais (Cepes) do Ieri/UFU. *E-mail:* graciele.sousa@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1409829130699489>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5027-8188>.

7. Professora da União Educacional do Médio Oeste Paranaense – Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense (Unimeo-CTESOP) e pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio (PPGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). *E-mail:* ariana_cericatto@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6653386096189507>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4737-3600>.

EVOLUTION OF THE PARTICIPATION OF SMEs IN THE BRAZILIAN INDUSTRIAL STRUCTURE: AN ANALYSIS BY SIZE, SECTOR OF ACTIVITY AND AGE OF COMPANIES IN THE 2000'S

The discussion on industry and industrial policy has grown in importance in recent years. Among other reasons, the occurrence of deindustrialization processes in several countries has contributed to make this theme important. The aim of this paper is to analyze the changes in the Brazilian industrial structure, focusing in the participation of micro and small companies (SMEs). The background of the analysis is the implementation of a set of industrial policy measures in the 2000s, which had as one of its objectives the improvement of the presence of this segment of companies in the Brazilian industrial structure. The market share indicator (MS) was used to show changes in the participation of SMEs in the industrial structure, and was systematized considering the size of the companies, sector of activity and age in the period 2007-2016. The data used were obtained from Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Annual Survey of Industry (PIA) and the Statistics of the Central Register of Enterprises (Cempre). As a main result, it was found that there was no important change in the MS of the SMEs during the period in which industrial policies were implemented, although differences in this trend were found in the disaggregation by sector and age.

Keywords: Brazilian industry; size of companies; age of companies; industrial policy; market share.

EVOLUCIÓN DE LA PARTICIPACIÓN DE LAS MYPEs EN LA ESTRUCTURA INDUSTRIAL BRASILEÑA: ANÁLISIS POR TAMAÑO, SECTOR DE ACTIVIDAD Y EDAD DE LAS EMPRESAS EN LA DÉCADA 2000

La discusión sobre la industria y la política industrial ha crecido en importancia en los últimos años. Entre otras razones, la ocurrencia de procesos de desindustrialización en varios países ha contribuido a que este tema sea importante. El objetivo de este trabajo es analizar los cambios en la estructura industrial brasileña, centrándose en la participación de las micro y pequeñas empresas (MYPEs). El antecedente del análisis es la implementación de un conjunto de medidas de política industrial en la década de 2000, que tenía como uno de sus objetivos la mejora de la presencia de este segmento de empresas en la estructura industrial brasileña. Se utilizó el indicador de *market share* (MS) para mostrar los cambios en la participación de las MYPEs en la estructura industrial, y se sistematizó considerando el tamaño de las empresas, sector de actividad y edad en el período 2007-2016. Los datos utilizados son del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), la Encuesta Industrial Anual (PIA) y al el Registro General de Empresas (Cempre). Como resultado principal, se encontró que no hubo cambios importantes en el MS de las MIPYEs en el período de vigencia de las políticas industriales, aunque las diferencias en esta tendencia se encontraron en la desagregación por sectores y edades.

Palabras clave: industria brasileña; tamaño de las empresas; edad de las empresas; política industrial; *market share*.

JEL: L25; L60.

1 INTRODUÇÃO

A estrutura industrial e produtiva de um país depende, entre outros fatores, da condução da política industrial (PI). Embora sua definição não apresente consenso na literatura econômica (Suzigan e Vilella, 1997; Chang e Andreoni, 2016), as

PIs podem ser entendidas como instrumentos usados pelos países visando ao fortalecimento do setor industrial e ao aumento das taxas de crescimento. Segundo Chang (1994), pode-se entender a PI como sendo o empenho de um governo no fomento de setores importantes para o crescimento econômico do país. Ao escolher proteger e/ou incentivar determinados setores em detrimento de outros, os governos direcionam suas ações em busca de uma estratégia de desenvolvimento.

Desde o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, vários países da América Latina voltaram a adotar políticas de incentivos setoriais no bojo de planos de PI (Peres, 2006; Cimoli, Dosi e Stiglitz, 2017). Também em nível internacional, assistiu-se a um retorno de PIs em diversos países, seja como resposta à crise internacional de 2008 (Bianchi e Labory, 2011), seja como estímulo aos setores abrangidos dentro da “economia do conhecimento” (Stiglitz, Lin e Monga, 2013).

Nesse contexto, o Brasil não foi exceção e, desde 2004, implementou três diferentes programas de política industrial, a saber, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), para o período 2004-2007; a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com vigência no período 2008-2010; e o Plano Brasil Maior (PBM), definido para o período 2011-2014. Estas políticas buscavam alterar a estrutura produtiva brasileira, incentivando a ampliação e diversificação do parque industrial, o fortalecimento das indústrias existentes e o aumento da competitividade.

No bojo dessas políticas, vários programas foram estabelecidos com vistas à melhora da participação das micro e pequenas empresas (MPEs) na estrutura industrial brasileira, estimulando a diversificação produtiva em setores mais intensivos em tecnologia. Com este objetivo principal, este segmento de empresas foi contemplado em todos os planos de PI nos anos 2000, o que significou uma mudança importante em relação às políticas de substituição de importação das décadas anteriores, muito centradas em empresas de grande porte (Matos e Arroio, 2011).

À luz dessas referências, o objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na estrutura industrial brasileira, com foco na participação das MPEs. Para cumprir esse objetivo, procede-se neste artigo a uma análise da evolução do índice de market share (MS) para o período 2007-2016, utilizado como um indicador das mudanças pelas quais passou a estrutura industrial brasileira com respeito à participação das MPEs. Embora se analise o contexto das PIs, ressalva-se que, de um lado, nem todas as mudanças são originadas da PI e, de outro lado, que parte das mudanças estimuladas pela PI requer um horizonte maior de tempo que o considerado neste trabalho.

Feitas essas ressalvas, entende-se que a análise da evolução do indicador de MS traz uma primeira aproximação aos resultados do conjunto de programas de PIs

voltados às MPEs implementados no Brasil nos anos 2000, apresentando, portanto, um caráter exploratório.

As hipóteses que orientaram a investigação são: i) o tempo transcorrido e as dificuldades de implementação das PIs não acarretaram alteração importante do MS das MPEs; e ii) as MPEs com mais tempo de existência apresentaram comportamento mais favorável quanto à evolução do MS.

Para cumprir esses objetivos, além desta introdução, o trabalho foi estruturado em mais quatro seções. A seção 2 apresenta as principais medidas de PI adotadas nos anos 2000, com foco nas empresas de pequeno porte. A seção 3 revela a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. A seção 4 aponta os resultados encontrados. Por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

2 PI PARA PEQUENAS EMPRESAS NOS ANOS 2000: UMA SÍNTESE

A indústria brasileira tem passado por profundas mudanças desde os anos 1980. A sua perda de importância como motor do crescimento econômico nos anos 1980, as mudanças estruturais da década de 1990, como a abertura comercial, e a volta das PIs nos anos 2000 causaram mudanças profundas na dinâmica industrial brasileira. Esses e outros fatores têm sido considerados em uma ampla bibliografia, que discute o processo de desindustrialização que acomete a economia brasileira.

A natureza estrutural desse processo tem sido destacada em diversos trabalhos recentes, embora se tenham divergências quanto ao seu início, se nos anos 1980 ou 1990, às suas causas e à sua intensidade e reversibilidade (Oreiro e Feijó, 2010; Carvalho e Kupfer, 2011; Cano, 2012; Nassif, Feijó e Araújo, 2015; Hiratuka e Sarti, 2017).

As PIs implementadas nos anos 2000, mais especificamente entre 2004 e 2014, objetivavam reverter o processo de desindustrialização e recolocar a indústria no centro das políticas públicas brasileiras. Para isso, o Brasil implementou três diferentes programas de política industrial.

A PITCE, com vigência no período 2004-2007, foi definida como um plano de ação do governo federal, com o objetivo de aumentar a eficiência da estrutura produtiva e a capacidade de inovação das empresas brasileiras, refletindo na expansão das exportações. Os setores a serem incentivados eram os de tecnologias de informação e comunicação (TICs), fármacos, semicondutores e *software*.

Embora o foco da PITCE estivesse no fomento à inovação, condizente com a literatura que enfatiza o seu papel no crescimento de longo prazo (Verspagen, 2006), esta política sofreu diversas críticas; entre as quais, a falta de objetivos destinados aos setores industriais mais intensivos em mão de obra e a incompatibilidade

com o ambiente macroeconômico bastante restritivo do nível de atividade, o que limitou suas ações (Cano e Silva, 2010; Coutinho *et al.*, 2012).

Em 2008, o governo lançou a PDP, o segundo plano de política industrial nos anos 2000. Ao contrário da PITCE, a PDP tinha como objetivo não apenas a promoção de setores mais intensivos em tecnologia, mas também a consolidação da liderança do Brasil em setores nos quais o país já gozava de vantagens comparativas. Este caráter mais abrangente foi bem recebido pelo setor privado, além de a PDP ter sido implementada em um ambiente de crescimento econômico (Iedi, 2011; Fiesp, 2009).

Dando continuidade a essas ações, em 2011, o governo federal anunciou um novo programa voltado para o desenvolvimento da estrutura industrial brasileira, o PBM. Esse plano reuniu um conjunto integrado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro. Com o *slogan* “Inovar para competir. Competir para crescer.”, o plano teve foco no estímulo à inovação e à produção nacional, para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo.

No processo de implementação dos três planos, alterações foram efetuadas, de modo a aprimorar o quadro institucional de apoio, tornar as metas mais explícitas e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. Ademais, a definição de setores estratégicos também foi modificada, com significativa ampliação setorial na PDP e no PBM, de maneira a abarcar a diversidade da indústria brasileira (Laplane e Laplane, 2017).

Esses três planos de PI continham medidas voltadas ao segmento das MPEs. Embora políticas para essas empresas possam ser identificadas desde a década de 1970 (Naretto, Botelho e Mendonça, 2004), pode-se dizer que continham um conteúdo mais compensatório do que propositivo. Em outras palavras, tais políticas visavam atenuar efeitos de uma dinâmica produtiva centrada nas grandes empresas (GEs) e com forte viés concentrador.

Nos anos 2000, diferentemente das PIs anteriores, as MPEs foram alçadas a uma posição de destaque nos três planos. Foi direcionado a essas empresas um conjunto importante de medidas nos campos regulatório, tributário e de financiamento, que objetivavam, em última instância, melhorar a sua inserção na indústria brasileira, com ênfase em atividades de exportação e inovação (Catela, 2018).

Em relação ao marco regulatório, o aparato legal até então existente foi reformulado com a Lei Complementar (LC) nº 123/2006, que criou o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ou Lei Geral). O objetivo foi regulamentar o que ficou determinado no art. 179 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), de forma a conferir a essas empresas melhores condições de competitividade e gestão a partir de tratamento tributário diferenciado.

Essa lei modifica o sistema anterior de tributação das MPEs – instituído pela Lei nº 9317/1996 –, o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), e implementa o Simples Nacional, que incorporou tributos estaduais e municipais (Matos e Arroio, 2011).

Em termos de mecanismos de financiamento, diversos programas foram empreendidos, em especial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A principal inovação no período foi a criação do Cartão BNDES, no âmbito da PDP. O cartão permitiu que os financiamentos do banco, antes disponíveis apenas às grandes empresas, alcançassem as MPEs, por meio da rede de bancos credenciados.

Outra mudança importante, permitida pela Lei de Inovação (2004), foi a instituição de financiamento via subvenção econômica, especialmente pela Finep. Este tipo de estímulo financeiro, presente em economias desenvolvidas, permitiu, de um lado, a diversificação de programas de apoio às inovações e, de outro, possibilitou ao governo direcionar os recursos para os setores eleitos como prioritários nos planos de PI.

Entre os programas e as metas voltados especificamente às MPEs no período 2004-2014, destacam-se os que tinham como foco o estímulo ao associativismo, bem como às atividades de exportação e de inovação.

No tocante ao associativismo, um importante direcionamento da PITCE, que permaneceu nos planos subsequentes, foi o estímulo aos arranjos produtivos locais (APLs) e outros formatos de redes de empresas. Instituiu-se o Grupo Permanente de Apoio para APLs (GTP-APL), instância que coordenou a política, por meio de um conselho formado por órgãos de governos estaduais e outras instituições de apoio, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e BNDES.

Na PDP, as MPEs aparecem entre as quatro macrometas estabelecidas para o período 2008-2011, em que se previa um aumento de 10% no número de MPEs exportadoras. Além de contar com o apoio da recém-criada Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em 2003, como um órgão de prospecção e apoio aos exportadores brasileiros, vários programas de financiamento foram instituídos nesse período, como a extensão do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) às MPEs e o Programa Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), especialmente voltado ao estímulo às exportações dos APLs.

No âmbito do PBM, os pequenos negócios foram incluídos entre as denominadas medidas transversais; mais especificamente, o estímulo ao aumento da competitividade. O quadro 1 resume o conjunto de medidas direcionadas às MPEs no período de vigência dos planos de PI.

QUADRO 1

Principais medidas voltadas para as MPEs no âmbito da PITCE, da PDP e do PBM

	Objetivos	Principais leis e medidas
Mudanças no marco regulatório	Regulamentar o art. 179 da CF/1988, de modo a conferir às MPEs melhores condições de competitividade e gestão, a partir do tratamento tributário diferenciado	Lei Geral da Micro e Pequena Empresa pela Lei Complementar nº 123/2006 Criação do Simples (1996) Regulamentação do Comitê Gestor de Tributação da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Comitê Gestor do Simples Nacional Criação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Apoio ao financiamento	Criar linhas de crédito em bancos públicos direcionadas às MPEs	Criação de instrumentos, tais como: linha de apoio à inovação da Finep e do BNDES; linhas de financiamento ao investimento do BNDES; e linhas especiais para capital de giro do BNDES e da Caixa Econômica Federal (CEF) Regulamentação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito (2009) Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Apoio à internacionalização	Aumentar o número de MPEs exportadoras	Criação da Apex Projeto Brasil Trade Regulamentação dos consórcios de exportação em 2008 Extensão do FGE a micro, pequenas e médias empresas, com exportação anual até US\$ 1 milhão
Apoio à inovação	Aumentar o número de MPEs inovadoras	Lei da Inovação (2004) Capitalização de empresas inovadoras via fundos ou investimento de risco Formação de gestores de propriedade intelectual Difusão da informação tecnológica Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
Apoio ao associativismo	Estímulo à criação de redes de empresas e ao desenvolvimento dos APLs	Criação do GTP-APL (2003)

Fontes: Matos e Arroio (2011), Fiesp (2009; 2011) e Iedi (2011).
Elaboração das autoras.

Estudos recentes tentaram avaliar a abrangência e a efetividade de alguns desses programas voltados às MPEs. Conceição *et al.* (2018) avaliaram a adesão ao Regime Tributário Simplificado Brasileiro (Simples Nacional), buscando compreender qual foi o efeito da adoção ou não desse regime na longevidade dos

microestabelecimentos industriais do país entre 2007 e 2013. Os autores concluíram que os estabelecimentos criados em 2007, que aderiram ao Simples Nacional, apresentaram um grau de mortalidade 30% menor do que as empresas que não aderiram. Além disso, os resultados mostraram uma tendência a um efeito maior do Simples Nacional para a sobrevivência dos setores menos intensivos em tecnologia.

O uso do Cartão BNDES foi analisado por Ferraz, Marques e Alves Junior (2015), Nogueira (2016) e Machado, Parreiras e Peçanha (2011). Os dois primeiros trabalhos destacam o crescimento e a abrangência do Cartão BNDES para as empresas de pequeno porte. Segundo Ferraz, Marques e Alves Junior (2015), a quantidade de MPEs que receberam o suporte do banco aumentou de 41 mil, em 2007 para 275 mil, em 2013, e os desembolsos, de US\$ 8,4 bilhões para US\$ 30 bilhões, naquele período. Por sua vez, Nogueira (2016) destaca a importância dos recursos obtidos por meio do Cartão BNDES para a modernização de processos produtivos, essencial à sobrevivência e à competitividade das MPEs. O impacto sobre o emprego foi aferido no trabalho de Machado, Parreiras e Peçanha (2011), por meio de metodologia econométrica, que comparou as empresas que utilizaram o cartão *vis-à-vis* as que solicitaram o cartão, mas não o utilizaram. Os resultados mostraram que houve um impacto de aproximadamente 10% sobre o emprego médio das firmas apoiadas no ano seguinte à utilização do cartão, sendo o impacto tanto maior quanto menor o porte.

Em relação aos estudos voltados à avaliação dos programas de apoio à inovação com foco nas empresas de pequeno porte, pode-se destacar o estudo de Avellar e Botelho (2016). Por meio do método de *propensity score matching* aplicado aos dados da Pesquisa de Inovação (Pintec) de 2008, as autoras concluíram pela efetividade dos programas de apoio à inovação de pequenas empresas, ao estimular o gasto em atividades inovativas. Entre os programas analisados no trabalho, os que se mostraram mais efetivos foram os de financiamento e os de apoio à aquisição de máquinas e equipamentos.

Ao tempo em que se identificam efeitos positivos dos programas de apoio às MPEs, há um conjunto de estudos que mostram que as PIs dos anos 2000 não conseguiram provocar mudanças mais importantes na estrutura industrial brasileira, a ponto de reverter o processo de desindustrialização em curso. Laplane e Laplane (2017) avaliam que houve avanços importantes, em termos de construção institucional, no que diz respeito a mudanças no comportamento empresarial e na inserção de novos temas à PI, como o da sustentabilidade ambiental e social. Entretanto, estes avanços não foram suficientes para produzir mudanças estruturais, em especial devido ao período de tempo, curto para mover uma estrutura industrial grande e complexa, e à necessidade de adaptações da PI às contingências

macroeconômicas – em especial, a crise internacional de 2008. A PI foi adquirindo um caráter anticíclico, perdendo, ao menos em parte, seu viés transformador.⁸

À luz dessas considerações gerais, objetiva-se, nesse estudo, contribuir para a discussão das mudanças na estrutura industrial brasileira nos anos 2000, ao sistematizar e analisar dados referentes ao porte, ao setor e à idade das empresas. Utiliza-se o indicador de MS a fim de identificar quais mudanças ocorreram na participação das MPEs na estrutura industrial. Embora não seja possível, com essa metodologia, estabelecer relações de causa e efeito, entende-se que esse indicador capta mudanças e permite identificar se foram ou não significativas para a participação das MPEs na estrutura industrial brasileira.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados dados secundários obtidos da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) e do Cadastro Central de Empresas (Cempre), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹, por meio de uma tabulação especial solicitada e recebida em 2018. Os dados são apresentados por faixa de idade da empresa, por porte da firma e por setor de atividade da indústria de transformação, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) a dois dígitos, para o período 2007-2016, no Brasil.

Considerando-se o objetivo do trabalho, a principal variável investigada e analisada descritivamente é o MS,¹⁰ dada pela participação da receita líquida de vendas de cada atividade, admitindo-se a classificação de porte e tempo de existência, no total da receita líquida de vendas dessa atividade no Brasil:

$$MS = \frac{RLV_{ijt,y}}{RLV_{i,y}}, \quad (1)$$

em que $RLV_{ijt,y}$ representa a receita líquida de vendas da atividade i , do porte de firma j , com o tempo de existência t , no ano y ; e $RLV_{i,y}$ representa o total da receita líquida de vendas da atividade i no ano y .

Mencione-se que, antes do cálculo do MS, os valores monetários foram atualizados para valores de 2016, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), elaborado e disponibilizado por IBGE.

8. Esse aspecto também é discutido por Schapiro (2014) e Stein e Herrlein Júnior (2016). Estes dois trabalhos discutem o caráter pouco transformador das PIs dos anos 2000, realçando a perda da perspectiva transformadora (schumpeteriana) em prol de uma perspectiva mais voltada à redução do “custo Brasil”.

9. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>; <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25...>

10. Deve-se registrar que esse indicador é um entre tantos outros que podem ser utilizados para investigar mudanças nas estruturas produtivas; por exemplo, o de produtividade total dos fatores, produtividade do trabalho e densidade industrial.

Considerou-se que as MPEs são estabelecimentos com de zero a 29 e de trinta a 99 pessoas ocupadas, respectivamente; empresas de médio porte têm de cem a 499, e as grandes empresas empregam mais de quinhentas pessoas. Já as faixas de idade das empresas foram assim definidas: firmas com menos de dez anos; com dez a dezenove anos; entre vinte e 29 anos; e aquelas com mais de trinta anos de atuação.

Uma ressalva importante é a de que, no período analisado, pode ter havido mudança de faixa de tamanho em parte das empresas. Ou seja, empresas classificadas em determinada faixa de tamanho em 2007 podem estar em uma faixa inferior ou superior em 2016, em virtude de alteração no número de empregados (demissões, modernização tecnológica etc.). Os dados apresentados não captam esse processo que, em geral, ocorre em períodos mais longos e em atividades específicas.

Em relação ao período contemplado pelos dados, ele se justifica pelas razões a seguir. Em primeiro lugar, a série histórica da PIA tem uma mudança em 2006, quando se passa da CNAE 1.0 para CNAE 2.0. Na tabulação inicialmente enviada pelo IBGE, que deu origem a esse trabalho, havia várias inconsistências e ausência de dados na série anterior a 2007. Optou-se, assim, por usar uma série metodologicamente robusta. Em segundo lugar, como o objetivo é o de analisar as mudanças na participação das MPEs no contexto das PIs dos anos 2000, entende-se que o período é adequado, pois têm-se alguns anos que separam o início dos planos de PI e seus primeiros resultados. Por fim, o ano de 2016 era o último disponível quando esse trabalho começou a ser elaborado. Como vários programas de PI começaram a ser descontinuados após 2014, entende-se que as principais mudanças se concentram nesse período.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação de PIs tem como objetivo central transformar, em determinadas direções, a estrutura industrial de um país ou uma região. Em geral, as transformações são lentas e de difícil mensuração, dada a dificuldade de identificar quais resultados são obtidos pelos estímulos concedidos pelas políticas e quais são oriundos das condições de mercado.

No caso da implementação das PIs brasileiras, um dos objetivos declarados em todos os documentos (PITCE, PDP e PBM) era o de fortalecer as MPEs, melhorando sua inserção na estrutura produtiva. Programas específicos foram direcionados a esse segmento de empresas no período em análise.

Na literatura econômica, encontram-se várias maneiras de observar e mensurar os efeitos de programas específicos ou de empreender análises mais qualitativas (De Toni, 2014). Optou-se, neste trabalho, por sistematizar um amplo conjunto de dados que permitem uma primeira aproximação para avaliar os efeitos das PIs

sobre a estrutura industrial brasileira; mais especificamente, para avaliar como evoluiu a participação das MPEs.

Para cumprir esse objetivo, utilizou-se o indicador de MS. Esse indicador analisa a “competitividade revelada” de uma empresa, setor ou país, de acordo com a sua participação relativa no mercado de um produto específico e em certo período de tempo (Ferraz, Kupfer e Haguener, 1997).

Para a apresentação dos resultados, os dados foram sistematizados de modo a apresentar o indicador de MS por porte de empresas, setores de atividade e idade. Dessa maneira, pretende-se aferir, em especial, as alterações no MS das empresas de pequeno porte, a partir dos pressupostos de que diferenças setoriais importam e de que o tempo de sobrevivência é uma variável relevante na investigação das condições competitivas dessas empresas.

A tabela 1¹¹ apresenta a variação do MS das empresas por setor e porte. Para essa primeira avaliação, consideraram-se as MPEs de forma agrupada, para que se pudesse ter uma visão geral da variação do MS. Verifica-se que as MPEs de nove setores apresentaram resultados negativos em relação ao seu MS de 2007 para 2016. O destaque fica para o setor de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, com mais de 29% de redução do MS. O setor de vestuário e acessórios também apresentou uma diminuição de mais de 24% no período.

TABELA 1
Variação do MS por porte de empresa (2007-2016)
(Em %)

	MPE	100 a 499 funcionários	500 ou mais funcionários
Produtos alimentícios	-2,51	-23,35	6,67
Bebidas	28,14	-58,98	17,50
Produtos do fumo	190,79	74,43	-12,44
Produtos têxteis	19,50	18,14	-19,77
Vestuário e acessórios	-24,42	35,99	37,06
Couros e artefatos de couro	-7,58	3,00	2,27
Produtos de madeira	-8,99	-21,35	28,90
Celulose, papel e produtos de papel	-16,19	-28,28	14,11
Impressão e reprodução de gravações	9,22	11,15	-19,57
Petróleo e biocombustíveis	-8,30	29,84	-1,23
Produtos químicos	-2,39	-2,86	1,96
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-29,36	-12,32	4,81

(Continua)

11. As tabelas apresentadas na sequência foram obtidas, junto ao IBGE, por meio de tabulação especial dos dados da PIA e do Cempre referentes aos anos de 1996 e 2016. A solicitação foi feita por meio de correio eletrônico ao IBGE. Os arquivos foram recebidos por botelhomr@ufu.br em 19 de outubro de 2018.

(Continuação)

	MPE	100 a 499 funcionários	500 ou mais funcionários
Produtos de borracha e de plástico	1,98	6,48	-6,93
Produtos de minerais não metálicos	11,39	-18,04	5,30
Metalurgia	70,66	-7,06	-3,68
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	11,91	-14,93	2,36
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	18,65	-11,87	0,55
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	21,10	-6,70	-1,39
Máquinas e equipamentos	1,23	7,71	-5,18
Veículos automotores, reboques e carrocerias	53,99	-8,81	-0,76
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	16,52	-3,10	-0,28
Móveis	4,71	-8,87	11,21
Produtos diversos	2,98	-9,65	6,66
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-15,00	0,75	13,94

Fontes: Base de dados do IBGE – PIA-Empresa (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>) e Cempre (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25..>).

Elaboração das autoras.

No entanto, esses setores não foram os que tiveram maiores mudanças. É possível identificar que, para as empresas de médio porte do setor de fabricação de bebidas, o resultado foi ainda pior, apresentando uma redução de mais de 58% do seu MS.

Em termos de resultados positivos para as empresas de pequeno porte, o setor de produtos de fumo foi o que apresentou maior aumento do MS das MPEs, de mais de 190%; para as médias empresas, houve aumento de mais de 74%. Outros setores para os quais as MPEs também se destacaram em aumento de MS foram os de metalurgia, com 70,66%, o de veículos automotores, com quase 54,0%, e o de bebidas, com mais de 28,0%.¹²

Em relação às médias empresas, verifica-se que os maiores ganhos de MS foram no setor de produtos do fumo, no de vestuário e acessórios, com aumento de mais de 35%, e no de petróleo e biocombustíveis, com mais de 29%.

A fim de avançar na investigação da hipótese que relaciona a variação positiva do MS à idade, procede-se, nas subseções seguintes, à apresentação dos resultados para as seguintes classificações: empresas com menos de dez anos de existência;

12. Estas variações devem ser problematizadas, especialmente em relação aos produtos de fumo, um setor que tem passado por profundas transformações motivadas por questões de cunho social e cultural.

empresas com tempo de existência entre dez e dezenove anos; empresas com tempo de existência entre vinte e 39 anos; e, por fim, empresas mais longevas, com mais de trinta anos de existência.

4.1 Evolução do MS das empresas com menos de dez anos de idade

A tabela 2 mostra o MS por setor, diferenciado por porte para as empresas com menos de dez anos de existência. Verifica-se que, em 2007, as empresas de grande porte, na maioria dos setores, são as detentoras de maior parcela do mercado em que atuam, como era esperado. Os setores de vestuário e acessórios, de impressão e reprodução de gravações, de produtos de madeira, de produtos minerais não metálicos, de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, e de produtos diversos diferem desse comportamento, dado que são as microempresas que detêm a maior parte do mercado.

TABELA 2

MS das empresas com menos de dez anos de existência, por setor e porte (2007 e 2016)
(Em %)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Produtos alimentícios	1,52	1,93	4,28	9,04	1,00	0,97	1,45	1,99
Bebidas	0,72	1,70	3,24	28,80	0,73	0,34	0,92	1,57
Produtos do fumo	0,06	0,03	6,01	6,98	0,41	0,04	2,73	0,00
Produtos têxteis	3,61	3,41	5,78	7,25	2,33	1,60	2,31	1,29
Vestuário e acessórios	14,51	9,34	3,42	1,26	9,55	3,80	2,26	2,70
Couros e artefatos de couro	6,15	4,71	5,35	8,69	3,47	2,92	3,63	1,44
Produtos de madeira	12,32	7,08	4,92	5,30	5,92	2,37	4,66	2,19
Celulose, papel e produtos de papel	1,94	2,81	3,95	0,86	1,03	1,69	1,18	3,52
Impressão e reprodução de gravações	12,02	4,92	4,32	0,70	7,03	1,55	0,93	0,00
Petróleo e biocombustíveis	0,07	0,09	0,85	6,20	0,04	0,06	0,83	1,33
Produtos químicos	1,64	1,82	5,60	0,98	0,67	0,73	1,23	0,35
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,21	0,80	3,07	8,46	0,25	0,10	0,79	1,59
Produtos de borracha e de plástico	4,38	5,28	8,36	3,19	3,25	2,88	3,42	1,81
Produtos de minerais não metálicos	5,40	3,76	4,07	1,64	4,53	1,72	1,56	2,85
Metalurgia	0,57	1,18	3,36	9,75	0,41	1,18	0,97	1,44
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	9,08	4,82	7,20	1,07	10,70	3,04	1,88	0,39
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	1,36	2,09	5,93	8,92	0,93	1,13	3,53	2,65
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,80	2,42	4,38	11,33	1,85	1,10	1,39	2,70

(Continua)

(Continuação)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Máquinas e equipamentos	3,89	3,93	3,98	1,55	2,53	1,20	1,48	0,11
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,27	0,57	3,23	10,68	0,37	0,44	1,35	3,56
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,39	0,80	6,56	36,46	0,49	0,67	5,72	4,95
Móveis	7,42	7,85	6,40	0,96	6,50	2,59	2,35	0,92
Produtos diversos	8,75	4,08	4,97	0,00	5,46	2,37	1,30	0,00
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	13,65	5,25	5,34	15,29	8,23	2,66	4,21	0,00

Fontes: Base de dados do IBGE – PIA-Empresa (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>) e Cempre (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25..>).

Elaboração das autoras.

Em termos de evolução do MS para as MPEs, observa-se uma redução de 2007 para 2016 em todos os setores, à exceção do setor de fabricação de produtos de metal, que apresentou um crescimento de aproximadamente 10% naquele período.

Entretanto, como se pode verificar na tabela A.1 do apêndice A, houve perda de participação de mercado de forma quase generalizada para as empresas com menos de dez anos de existência. Em todas as quatro faixas de tamanho, houve significativas perdas de MS, a despeito de algumas diferenças setoriais.

A partir desses resultados, pode-se conjecturar que as empresas que nasceram e cresceram entre 2007 e 2016 enfrentaram as dificuldades do cenário macroeconômico restritivo da economia brasileira na maior parte desse período, o qual, em grande medida, se sobrepôs às medidas de apoio (Laplane e Laplane, 2017). Não se percebe, portanto, qualquer efetividade das PIs para as empresas mais novas, em todas as faixas de tamanho.

A grande redução do MS das GEs mais jovens nesse período pode ter decorrido de uma mudança de classificação, em que parte migrou para o segmento das médias empresas. Entretanto, conforme se verá adiante, foram as empresas com mais tempo de existência que lograram ganhar participação de mercado.

4.2 Evolução do MS das empresas com idade entre dez e dezenove anos

Assim como verificado para as empresas mais novas, também para aquelas com idade entre dez e dezenove anos, as grandes empresas são detentoras da maior parcela de mercado na maior parte dos setores (tabela 3).

TABELA 3
MS das empresas com idade entre dez e dezenove anos, por setor e porte (2007 e 2016)
 (Em %)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Produtos alimentícios	1,31	1,68	3,50	11,85	1,55	2,49	4,36	22,01
Bebidas	0,28	0,76	3,55	12,73	1,10	2,37	1,71	22,66
Produtos do fumo	0,06	0,23	3,75	5,70	0,15	1,35	11,09	10,43
Produtos têxteis	2,51	4,06	6,94	2,20	3,66	5,81	8,46	6,05
Vestuário e acessórios	7,51	6,53	6,98	3,84	9,87	8,55	10,45	3,39
Couros e artefatos de couro	3,67	4,19	6,15	16,83	3,32	5,76	8,78	6,33
Produtos de madeira	4,93	5,39	7,50	7,53	9,82	6,27	2,86	4,41
Celulose, papel e produtos de papel	0,88	2,22	7,22	8,38	1,74	1,92	4,15	9,97
Impressão e reprodução de gravações	9,43	4,95	9,01	4,05	15,67	4,28	7,86	2,69
Petróleo e biocombustíveis	0,04	0,08	0,51	0,18	0,09	0,35	1,63	4,28
Produtos químicos	1,41	2,98	6,65	10,64	1,73	3,49	8,21	2,51
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,66	1,56	2,13	3,02	0,41	0,68	4,10	8,20
Produtos de borracha e de plástico	3,52	6,53	11,76	9,39	4,09	7,34	12,82	6,23
Produtos de minerais não metálicos	3,08	4,17	8,04	6,37	3,97	4,05	8,07	9,64
Metalurgia	0,59	0,90	2,10	2,80	0,61	1,22	4,90	12,08
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6,41	7,18	7,52	2,80	8,69	5,21	7,36	3,25
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	1,57	1,58	5,57	46,11	1,71	2,03	5,43	11,14
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,49	2,19	4,57	9,20	2,43	2,70	6,91	12,23
Máquinas e equipamentos	3,59	4,11	5,64	8,14	5,11	4,89	7,87	2,50
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,51	0,57	2,96	14,79	0,40	0,96	3,34	15,67
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,67	0,83	3,87	7,40	0,66	1,01	4,96	49,23
Móveis	5,79	6,83	12,68	2,55	4,08	7,59	11,46	4,22
Produtos diversos	5,23	7,42	6,79	3,58	7,85	6,26	8,81	1,19
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	6,86	4,63	9,44	1,74	6,79	4,70	8,74	5,52

Fontes: Base de dados do IBGE – PIA-Empresa (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>) e Cempre (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25..>).

Elaboração das autoras.

Verifica-se que, para MPEs com esse tempo de existência, houve aumento de MS para todos os setores, exceto o setor de farmoquímicos e farmacêuticos,

em que houve reduções de 38,5% e de 56,2%, respectivamente. Outro destaque é o setor de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis, em que houve aumento de 2.272,7% do MS das grandes empresas entre 2007 e 2016 (tabela A.1 do apêndice A).

O setor de fabricação de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis também obteve crescimento para todos os portes de empresas, sendo de 122,1% para as micro, 352,3% para as pequenas, 220,7% para as médias e 2.272,7% para as grandes empresas do setor. Embora se verifique alta concentração de mercado, em que as grandes empresas detinham mais de 83%, houve crescimento significativo do MS das empresas de pequeno porte (tabela A.1 do apêndice A). Este é um setor que foi objeto de incentivos importantes nas PIs dos anos 2000, especialmente com os investimentos no pré-sal.

Outro setor que teve lugar de destaque nas PIs, e em que as mudanças foram significativas do ponto de vista das MPEs, foi o de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Para esse setor, houve um crescimento do MS para as empresas de micro e pequeno portes de 8,9% e 28,7% respectivamente, enquanto para as médias e grandes empresas do setor se observou uma redução de 2,5% e 75,8% em seus MS. De forma semelhante, os setores de produtos químicos e de máquinas e equipamentos também sofreram impacto negativo; no entanto, somente para as GEs, com redução do MS em 76,4% e 69,2% respectivamente, como mostram os dados da tabela A.1 do apêndice A.

Em suma, pode-se observar que as empresas com idade entre dez e dezenove anos tiveram resultados mais positivos em seus MS, e que, possivelmente, as PIs conseguiram de alguma forma favorecer as MPEs em determinados setores econômicos.

4.3 Evolução do MS das empresas com idade entre vinte e 29 anos

A tabela 4 permite identificar o MS por setor e porte para as empresas com idade entre vinte e 29 anos. De forma semelhante às empresas com menor idade, verifica-se que a maior parcela de mercado é das médias e grandes empresas.

TABELA 4
MS das empresas com idade entre vinte e vinte e nove anos, por setor e porte (2007 e 2016)
 (Em %)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Produtos alimentícios	1,26	0,95	4,39	10,01	0,94	1,19	2,81	6,66
Bebidas	0,33	0,41	2,79	9,56	0,43	0,54	1,07	18,51
Produtos do fumo	0,04	0,02	0,10	0,00	0,12	0,06	6,77	0,00
Produtos têxteis	0,65	2,25	2,80	7,41	2,07	3,94	9,27	2,20
Vestuário e acessórios	8,59	3,46	5,66	2,84	3,89	5,26	7,86	2,71
Couros e artefatos de couro	1,79	1,93	4,00	5,99	2,92	2,17	3,95	16,57
Produtos de madeira	3,07	4,16	5,63	5,67	2,57	3,48	4,85	9,60
Celulose, papel e produtos de papel	0,77	0,96	3,38	15,87	0,92	1,08	3,53	16,74
Impressão e reprodução de gravações	2,94	2,23	2,38	2,30	8,94	4,41	6,19	2,44
Petróleo e biocombustíveis	0,03	0,16	0,96	2,09	0,06	0,11	0,21	0,52
Produtos químicos	0,41	1,53	5,56	3,16	0,97	2,01	4,12	11,31
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,18	0,60	2,37	5,83	0,21	0,93	1,74	5,72
Produtos de borracha e de plástico	1,67	2,11	4,48	5,20	2,40	4,46	10,16	6,67
Produtos de minerais não metálicos	1,84	2,37	4,20	2,51	3,28	3,14	4,92	4,23
Metalurgia	0,21	0,50	2,25	6,32	0,43	1,27	1,63	1,46
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3,15	3,36	4,59	4,60	4,18	4,99	8,30	3,89
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	0,51	1,14	2,73	3,73	1,73	1,50	3,06	52,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,52	1,79	3,73	2,60	1,42	2,42	3,45	10,30
Máquinas e equipamentos	1,68	2,51	3,80	6,90	2,42	2,94	5,08	6,46
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,13	0,21	0,75	4,68	0,49	0,47	1,52	14,00
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,12	0,36	1,74	9,82	0,46	0,43	1,67	0,70
Móveis	2,62	3,22	10,01	1,13	6,32	4,23	11,45	2,17
Produtos diversos	2,36	3,77	7,76	0,25	4,45	5,77	7,05	7,33
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3,28	1,48	2,35	5,20	3,96	2,54	6,03	2,74

Fontes: Base de dados do IBGE – PIA-Empresa (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>) e Cempre (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25..>).

Elaboração das autoras.

Também de forma semelhante ao verificado para as empresas de dez a dezenove anos de existência, as MPEs que possuem entre vinte e 29 anos tiveram, em geral, aumento de MS. As exceções para as microempresas são os setores de fabricação de produtos de madeira, fabricação de produtos alimentícios e vestuário e acessórios, que reduziram seus MS em 16,4%, 25,7% e 54,7%, respectivamente. Para as pequenas empresas, observa-se também que todos os setores apresentaram aumento de MS, exceto os de fabricação de produtos de madeira e os de petróleo e biocombustíveis, que apresentaram redução do MS de 16,3% e 35,0%, respectivamente (tabela A.1 do apêndice A).

Em termos de participação setorial das MPEs, destacam-se os setores de impressão e reprodução de gravações, de fabricação de produtos minerais não metálicos, de fabricação de móveis e de produtos diversos, em que as MPEs tinham, em 2007, certa expressão em termos de participação de mercado, e houve aumento importante dessa participação no período (tabela 4).

Em termos de crescimento de MS no período em análise, pode-se destacar os setores de outros equipamentos de transporte – exceto veículos automotores –, de veículos automotores, reboques e carrocerias, de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, de fabricação de fumo e de fabricação de têxteis, em que as microempresas tiveram crescimento significativo de MS, embora tenham participação de mercado muito pequena, conforme mostram os dados apresentados na tabela A.1 do apêndice A.

Em relação ao aumento de MS por parte das grandes empresas, o setor de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos apresentou significativa mudança. Verifica-se, na tabela 4, que o MS das grandes empresas era de 3,73%, em 2007, e alcançou o percentual de 52,28%, em 2016, o que significa um aumento de 1.302,50%. Essa variação pode estar relacionada às PIs do período, a partir do pressuposto de que os incentivos afetaram distintamente os diferentes portes e tempo de existência das empresas, provocando um deslocamento da posição de mercado das empresas.

Na tabela 3, verificou-se que as grandes empresas do setor de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos com idade entre dez e dezenove anos perderam participação de mercado. Entretanto, as empresas com idade entre vinte e 29 anos deste setor tiveram um crescimento do MS muito expressivo. Como, de 2007 para 2016, são contabilizados dez anos, pode ter acontecido de parte das empresas antes enquadradas na faixa etária entre dez e dezenove terem alcançado a faixa etária de vinte a 29 anos.

Outro setor importante a se analisar é o de fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustível, dado que foi objeto de vários programas de apoio no bojo das PIs do período. As pequenas e médias empresas deste setor também tiveram

seu MS reduzido em 35% e 78%, respectivamente (tabela A.1 do apêndice A). Segundo Carvalho, Paes e Bone (2012) e Camargos e Barbosa (2009), uma das razões para explicar essa queda da participação de mercado das pequenas empresas seria o processo de fusão e aquisição vivenciado no período, principalmente pela Petrobras. O trabalho de Carvalho, Paes e Bone (2012) aponta que somente a Petrobras realizou, entre os anos de 2001 a 2010, um total de cinquenta fusões e aquisições, sendo 34 somente entre empresas brasileiras.

Era de se esperar, portanto, que o MS das grandes empresas do setor de fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustível, com idade entre vinte e 29 anos, aumentasse nesse período. No entanto, o que se observou foi que essas empresas possuíam cerca de 2,09% do mercado, caindo para 0,52%, o que representa uma queda de mais de 75,00% (tabela 4). Almeida, Lima-de-Oliveira e Schneider (2014) apontam que estas estratégias não surtiram, de imediato, o efeito esperado, em virtude da crise que se seguiu após 2008.

Nesse contexto, é possível observar que as empresas com idade entre vinte e 29 anos tiveram menos resultados negativos em seu MS, mesmo depois do período de crise econômica mundial.

4.4 Evolução do MS das empresas com mais de trinta anos de existência

Os dados da tabela 5 mostram que, na maioria dos setores, as empresas com mais de trinta anos de existência, independentemente do porte, tiveram aumento do MS. No entanto, alguns destaques podem ser elencados.

TABELA 5
MS das empresas com mais de trinta anos de idade, por setor e porte (2007 e 2016)
(Em %)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Produtos alimentícios	0,58	1,42	6,81	39,49	0,84	1,40	5,92	44,42
Bebidas	0,56	1,42	14,15	19,00	0,83	1,56	6,03	39,61
Produtos do fumo	0,01	0,61	1,98	74,42	0,08	0,89	0,05	65,84
Produtos têxteis	2,01	2,77	14,60	31,75	1,80	4,21	15,54	26,46
Vestuário e acessórios	8,02	1,98	3,19	12,87	1,64	2,75	5,59	19,72
Couros e artefatos de couro	1,06	1,13	5,91	22,44	0,98	1,23	5,69	30,83
Produtos de madeira	1,07	1,94	9,33	14,16	1,93	4,02	9,16	25,91
Celulose, papel e produtos de papel	0,86	1,79	9,99	38,12	0,39	1,47	8,74	41,93
Impressão e reprodução de gravações	4,56	4,14	5,63	26,41	3,92	3,57	8,75	21,78

(Continua)

(Continuação)

	2007				2016			
	Funcionários				Funcionários			
	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais	0 a 29	30 a 99	100 a 499	500 ou mais
Petróleo e biocombustíveis	0,00	0,60	1,88	86,27	0,03	0,25	2,77	87,45
Produtos químicos	0,47	2,42	11,44	43,28	0,41	2,37	14,86	45,04
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,19	1,12	9,89	59,90	0,19	1,00	8,68	65,41
Produtos de borracha e de plástico	1,08	3,00	8,75	21,29	0,74	2,96	9,12	21,66
Produtos de minerais não metálicos	0,83	2,36	12,60	36,76	2,02	3,81	9,16	33,06
Metalurgia	0,15	1,45	5,46	62,40	2,60	1,74	4,74	63,30
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,15	4,42	16,19	16,47	2,46	5,02	12,67	17,99
Equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	0,11	0,66	3,35	14,64	0,63	1,05	3,47	7,73
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,57	0,92	10,65	41,85	0,60	1,64	10,02	38,84
Máquinas e equipamentos	1,10	4,04	14,40	30,73	2,01	4,06	15,53	35,80
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,10	0,37	2,22	57,96	0,56	0,52	2,14	54,22
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,41	0,54	2,45	27,58	0,19	0,88	1,81	26,16
Móveis	1,07	2,84	14,54	14,05	3,97	4,15	14,51	13,48
Produtos diversos	2,25	3,68	12,86	26,25	2,34	4,17	12,10	23,56
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1,25	1,08	6,28	16,87	1,16	1,82	4,61	36,28

Fontes: Base de dados do IBGE – PIA-Empresa (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>) e Cempre (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html#:~:text=CEMPRE%202021%3A%20n%C3%BAmero%20de%20empresas,5%2C8%25..>).

Elaboração das autoras.

As MPEs foram as que tiveram maiores mudanças no MS. Diferentemente do apresentado no período anterior, no qual o setor de fabricação de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis apresentou queda no MS para as pequenas e médias empresas, aqui se verifica um aumento de 2.038,5% para as microempresas e de 47,6% para as médias (tabela A.1 do apêndice A). As PIs adotadas no período podem ter contribuído para isso.

Verifica-se que as MPEs do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias apresentaram crescimento de 429,60% e de 40,01% em seus MS. Este foi um setor fortemente apoiado em todos os planos de PI dos anos 2000, inclusive com programas específicos, como o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Ademais, o crescimento da renda média da população brasileira, a facilidade de

acesso ao crédito, a queda na taxa de desemprego, a redução das taxas de juros e o aumento dos financiamentos de longo prazo são fatores que contribuíram para mudanças importantes no setor automobilístico brasileiro, antes que os efeitos da crise internacional se mostrassem mais severos.

O setor de metalurgia também teve aumento de MS para as MPEs, de 1.651,3% e de 20,6%, respectivamente, de 2007 para 2016. Segundo dados da CNM (2012), os investimentos no setor de siderurgia e os desdobramentos das PIs favoreceram setores como o automobilístico, de fabricação de máquinas e equipamentos e bens de capital e cooperaram para a manutenção de MPEs do setor de metalurgia.

Outros setores que merecem destaque são o de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, bem como o de fabricação de móveis. Em relação ao primeiro, MPEs com mais de trinta anos tiveram aumento de seus MS em 452,0% e 59,4%, respectivamente, conforme a tabela A.1 do apêndice A. Como mencionado anteriormente, este setor foi fortemente apoiado pelos programas de PI, com destaque para o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft), implementado no âmbito da PITCE.

Já as MPEs do setor de fabricação de móveis apresentaram crescimento de 269,9% e 45,8%, em seus MS no período analisado. Esse resultado positivo para as MPEs não se reproduziu em outros setores caracterizados como de baixa tecnologia (têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; e celulose e papel), o que é um indicativo de que o aumento das importações desde a abertura comercial dos anos 1990 apresentou efeitos negativos para parte desses setores, especialmente com o crescimento das importações chinesas. Esse é o caso do setor de celulose, papel e produtos de papel, que apresentou queda do MS de 54,8% e 18%, respectivamente (tabela A.1 do apêndice A).

Em relação às empresas de médio porte, o destaque fica para a queda do MS do setor de fabricação de bebidas, de 57,4%, e para o setor de produtos do fumo, de 97,3%. Para as grandes empresas, o setor que sofreu mais mudanças foi o de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, cujas empresas com mais trinta anos apresentaram queda de 47,2% em seu MS.

Em resumo, os dados aqui apresentados permitem identificar um processo de grandes mudanças intraindústria entre a primeira e a segunda década dos anos 2000, período em que avança o processo de desindustrialização da economia brasileira (Oreiro e Feijó, 2010; Carvalho e Kupfer, 2011; Cano, 2012; Nassif, Feijó e Araújo, 2015; Hiratuka e Sarti, 2017). Como conclusão geral dos dados, observou-se que as empresas mais longevas e de grande porte foram as que obtiveram melhores resultados em relação ao aumento de MS de 2007 para 2016, o

que vai ao encontro das hipóteses do trabalho. Entretanto, essa conclusão geral não contempla todas as mudanças ocorridas em nível de setor e idade das empresas no período em consideração.

Em primeiro lugar, não se pode concluir por uma perda generalizada de MS das empresas menores. Houve ganhos em diversos setores, incluindo aqueles identificados como de alta tecnologia, especialmente para as MPEs nas faixas de dez a dezenove e de vinte a 29 anos. Conforme mostram vários trabalhos que analisaram instrumentos das PIs, houve melhoria nas condições de financiamento às MPEs, especialmente por meio do Cartão BNDES (Ferraz, Marques e Alvez Junior, 2015; Nogueira, 2016; Machado, Parreiras e Peçanha, 2011) e de outros programas de apoio à inovação (Avellar e Botelho, 2016).

Em segundo lugar, destaquem-se as significativas mudanças do MS em nível setorial. Setores como os de petróleo e de biocombustíveis, equipamentos de informática e eletrônicos, máquinas e equipamentos, e veículos automotores passaram por grandes alterações nas participações de mercado das diferentes faixas de porte; setores esses contemplados pelas PIs do período. Entretanto, não é possível relacionar de forma mais direta as alterações setoriais às PIs. A esse respeito, deve-se ter em conta que as PIs sofreram alterações significativas em termos de focos setoriais, e, como destacam Schapiro (2014) e Stein e Herrlein Júnior (2016), entre a PITCE e o PBM, a política vai assumindo cada vez mais um viés anticíclico e menos focado nos setores identificados como importantes na transformação da estrutura industrial.

Por fim, parece inequívoco que foram as empresas com mais de dez anos, independentemente do porte e do setor, as que mais obtiveram resultados positivos no período. Além de esses dados confirmarem que, em geral, são as empresas estabelecidas há mais tempo que reúnem melhores condições de acesso aos programas de apoio, percebem-se grandes perdas para todas as faixas de porte e para grande parte dos setores na faixa de menos de dez anos de existência. Este é um indicativo de que as medidas de PI não conseguiram contemplar de forma importante as empresas criadas nos anos em que vigoraram as PIs. Entende-se que esse é um resultado importante do trabalho, permitido pela metodologia adotada, que separou as empresas por faixa de idade. Dada a sua importância para orientações de políticas públicas, este resultado merece ser investigado mais profundamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as mudanças na estrutura industrial brasileira, tendo como referência a implementação de PIs nos anos 2000. Para a realização da análise sobre essas mudanças, utilizou-se o indicador de MS. Por meio desse indicador, foi possível verificar as principais alterações na inserção das empresas na estrutura

produtiva, em uma análise que considerou as empresas por porte, setores de atuação e idade na indústria de transformação brasileira para o período 2007-2016.

De acordo com a primeira hipótese do trabalho, foi verificado que o tempo transcorrido e as dificuldades de implementação das PIs não acarretaram alteração importante do MS das MPEs. A análise por porte e setor mostrou que as mudanças foram pequenas, o que vai ao encontro da literatura que discute PIs. Como destacam Coutinho *et al.* (2012, p. 39, tradução nossa), “para ser um instrumento efetivo de transformação econômica, a PI deve ser uma política de Estado permanente”. Dado o pouco tempo de implementação e a desarticulação de parte dos programas a partir de 2011, as principais medidas não atuaram, em sua essência, para a mudança do *status quo*; qual seja, do maior MS das grandes empresas com mais tempo de existência.

A análise dos dados relativos ao tempo de existência das empresas mostrou-se adequada e, também, contribuiu para a comprovação da segunda hipótese do trabalho, de que as MPEs com mais tempo de existência deveriam apresentar comportamento mais favorável quanto à evolução do MS. Os dados mostraram que, para todos os portes de empresas, em especial para as MPEs, e para a maioria dos setores industriais, o tempo de existência no mercado foi um fator relevante na explicação dos ganhos de MS no período em análise.

Apesar de a metodologia adotada não permitir a avaliação de causa e efeito, é possível inferir que as PIs dos anos 2000 apresentaram resultados positivos para as empresas brasileiras, sobretudo para aquelas já estabelecidas que, nessa posição, conseguem se beneficiar mais dos programas implementados. Os resultados encontrados para as empresas mais novas sugerem a necessidade de se ter programas específicos, que permitam a essas empresas ultrapassar o período crítico de crescimento.

Do ponto de vista setorial, também se pode inferir que as PIs produziram resultados, dado que setores para os quais foram direcionados fortes estímulos foram os que mais mudanças apresentaram no período, como os de petróleo e biocombustíveis, bem como os de equipamentos de informática e eletrônicos.

Um aspecto importante a destacar é que o grau de complexidade alcançado pela indústria brasileira, fruto de um conjunto de estímulos desde a década de 1950, não permite soluções simples e imediatistas, na forma de medidas meramente compensatórias. As MPEs estão inseridas de forma importante na estrutura industrial brasileira, e diferenças importantes de *performance* se revelam quando novas variáveis são introduzidas na análise, como setor e idade.

A partir desses resultados exploratórios das PIs implementadas no Brasil, aponta-se para a necessidade de aprofundar a análise, em especial com o uso de métodos econométricos e com o cruzamento com outros indicadores de resultados,

como exportações e inovações. Ademais, as mudanças setoriais, algumas muito intensas, necessitam ser avaliadas com metodologias específicas, que identifiquem seus determinantes principais. Como o período analisado coincide com um crescimento muito significativo das exportações chinesas, uma hipótese a ser investigada é a da sua influência na mudança de preços relativos.

Por fim, entende-se que os resultados encontrados na pesquisa que embasou este artigo contribuem para a análise do processo de desindustrialização em curso na economia brasileira, ao realçar as principais mudanças ocorridas na participação de mercado dos distintos portes empresariais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.; LIMA-DE-OLIVEIRA, R.; SCHNEIDER, B. R. **Política industrial e empresas estatais no Brasil**: BNDES e Petrobras. Brasília: Ipea, dez. 2014. (Texto para Discussão, n. 2013).
- AVELLAR, A. P. M.; BOTELHO, M. dos R. A. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. **Estudos Econômicos**, v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016.
- BIANCHI, P.; LABORY, S. (Ed.). **Industrial policy after the crisis: seizing the future**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011.
- CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. Fusões e aquisições de empresas brasileiras: criação de valor e sinergias operacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 2, p. 206-220, 2009.
- CANO, W. A desindustrialização do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 831-851, dez. 2012. Número especial.
- CANO, W.; SILVA, A. L. G. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: IE/Unicamp, jul. 2010. (Texto para Discussão, n. 181).
- CARVALHO, A. C. da S.; PAES, L. M. de B.; BONE, R. B. Fusões e aquisições como estratégias de expansão no setor de petróleo e gás: o caso da Petrobras, BP e Shell. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. **Anais...** Bento Gonçalves, 2012.
- CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 4, p. 618-637, 2011.
- CATELA, E. Y. da S. Las micro, pequeñas y medias empresas brasileñas en el período reciente: pérdida de profundidad productiva y exportadora em um período de dinamismo de política industrial. *In*: DINI, M.; STUMPO, G. (Coord.).

Mipymes en América Latina: un frágil desempeño y nuevos desafíos para las políticas de fomento – documentos de proyectos (LC/TS.2018/75). Santiago: CEPAL, 2018. p. 79-133.

CHANG, H.-J. (Ed.). **The political economy of industrial policy.** Londres: Macmillan, 1994.

CHANG, H.-J.; ANDREONI, A. Industrial policy in a changing world: basic principles, neglected issues and new challenges. *In: 40 YEARS OF THE CAMBRIDGE JOURNAL OF ECONOMICS CONFERENCE*, 2016, Cambridge, Reino Unido. **Proceedings...** Cambridge, 2016.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. E. Los fundamentos de las políticas industriales y de innovación. *In: CIMOLI, M. et al. (Ed.). Políticas industriales y tecnológicas en América Latina.* Santiago: CEPAL, 2017. p. 467-480.

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS. **A indústria siderúrgica e da metalurgia básica no Brasil:** diagnóstico e propostas elaboradas pelos metalúrgicos da CUT. Brasília: Dieese, 2012.

CONCEIÇÃO, O. C. *et al.* Brazil's simplified tax regime and the longevity of Brazilian manufacturing companies: a survival analysis based on Rais microdata. **EconomiA**, v. 19, n. 2, p. 164-186, 2018.

COUTINHO, L. *et al.* Industrial policy and economic transformation. *In: SANTISO, J.; DAYTON-JOHNSON, J. (Ed.). The Oxford handbook of Latin American political economy.* Nova York: Oxford University Press, 2012. p. 100-132.

DE TONI, J. O monitoramento e a avaliação da política industrial brasileira: desafios e perspectivas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 2, n. 14, p. 108-127, 2014.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D. S.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil:** desafios competitivos para a indústria. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 386 p.

FERRAZ, J. C.; MARQUES, F. S.; ALVES JUNIOR, A. J. A contribuição do BNDES para a política industrial brasileira: 2003-2014. *In: DE TONI, J. (Org.). Dez anos de política industrial: balanço e perspectivas.* Brasília: ABDI, 2015. v. 1, p. 61-91.

FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual dos instrumentos da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.** São Paulo: Decomtec/Fiesp, 2009. (Cadernos Política Industrial, n. 2).

FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Brasil Maior, 2011/2014:** análise dos instrumentos. São Paulo: Decomtec/Fiesp, 2011.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Indústria e política industrial no Brasil e em outros países**. São Paulo: Iedi, maio 2011. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/industria_e_politica_industrial_no_brasil_e_em_outros_paises.html. Acesso em: 24 fev. 2020.

LAPLANE, M.; LAPLANE, A. Planes industriales y los desafíos del desarrollo sostenible en Brasil. In: CIMOLI, M. *et al.* (Ed.). **Políticas industriales y tecnológicas en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2017. p. 133-174.

MACHADO, L.; PARREIRAS, M. A.; PEÇANHA, V. R. Avaliação de impacto do uso do Cartão BNDES sobre o emprego nas empresas de menor porte. **Revista do BNDES**, n. 36, p. 5-42, dez. 2011. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR>.

MATOS, M. P.; ARROIO, A. **Políticas de apoio a micro e pequenas empresas no Brasil: avanços no período recente e perspectivas futuras**. Santiago: CEPAL, 2011. (Documentos de Proyectos, n. 449).

NARETTO, N.; BOTELHO, M. dos R.; MENDONÇA, M. A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 27, p. 61-115, 2004.

NASSIF, A.; FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind? **Cambridge Journal of Economics**, v. 39, n. 5, p. 1307-1332, 2015.

NOGUEIRA, M. O. Cartão BNDES: inovação no apoio às MPMEs. **Radar**, n. 48, p. 25-30, dez. 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PERES, W. El lento retorno de las políticas industriales en América Latina y el Caribe. **Revista de la CEPAL**, n. 88, p. 71-88, abr. 2006.

SCHAPIRO, M. G. Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. In: GOMIDE, A. de A.; PIRES, R. R. C. (Ed.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 239-265.

STEIN, G. de Q.; HERRLEIN JÚNIOR, R. Política industrial no Brasil: uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003-2014). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 47, p. 251-287, 2016.

STIGLITZ, J. E.; LIN, J.; MONGA, C. Introduction: the rejuvenation of industrial policy. *In*: STIGLITZ, J. E.; LIN, J. Y. **The industrial policy revolution I: the role of government beyond ideology**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 1-15.

SUZIGAN, W.; VILLELA, A. V. **Industrial policy in Brazil**. Campinas: IE/Unicamp, 1997.

VERSPAGEN, B. Innovation and economic growth. *In*: FARBERGER, J.; MOWERY, D. C. (Ed.). **The Oxford handbook of innovation**. Nova York: Oxford University Press, 2006. p. 487-513.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE TONI, J. Uma nova governança no padrão de relacionamento público-privado da política industrial brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 55, p. 97-117, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília: Sebrae, jul. 2014.

SOUSA, G. de F.; BOTELHO, M. dos R. A. Política industrial e evolução das exportações das empresas de pequeno porte brasileiras nos anos 2000. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 45, p. 95-134, 2015.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr.-jun. 2006.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira. **Revista Estudos Econômicos**, v. 40, n. 1, p. 7-41, 2010.

APÊNDICE A

TABELA A.1
Varição do market share das empresas por setor, porte e idade (2007-2016)
 (Em %)

	0 a 29 funcionários				30 a 99 funcionários				100 a 499 funcionários				500 funcionários			
	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais
Produtos alimentícios	-34,2	18,6	-25,7	45,5	-49,7	48,1	25,1	-1,0	-66,1	24,7	-35,8	-13,1	-77,9	85,6	-33,5	12,5
Bebidas	1,9	293,8	27,7	48,9	-79,9	213,5	32,8	10,5	-71,5	-51,9	-61,6	-57,4	-94,5	77,9	93,7	108,5
Produtos do fumo	543,8	131,7	219,8	419,7	77,7	487,0	159,1	46,3	-54,6	195,9	7.004,7	-97,3	-100,0	82,9	(...)	-11,5
Produtos têxteis	-35,4	45,8	219,6	-10,2	-53,1	43,0	74,9	51,7	-60,0	21,9	231,4	6,5	-82,2	174,5	-70,3	-7,2
Vestuário e acessórios	-34,2	31,4	-54,7	-79,5	-59,3	30,8	52,0	38,8	-33,8	49,8	38,9	75,6	114,0	-11,6	-4,5	53,2
Couros e artefatos de couro	-43,6	-9,6	62,9	-7,2	-38,1	37,4	12,0	9,6	-32,1	42,7	-1,2	-3,7	-83,5	-62,4	176,8	37,4
Produtos de madeira	-52,0	99,2	-16,4	80,4	-66,6	16,3	-16,3	106,7	-5,3	-61,8	-13,9	-1,9	-58,7	-41,4	69,3	82,9
Celulose, papel e produtos de papel	-47,0	99,1	19,8	-54,8	-39,8	-13,4	12,2	-18,0	-70,1	-42,5	4,6	-12,6	311,5	19,0	5,4	10,0
Impressão e reprodução de gravações	-41,6	66,2	203,5	-14,0	-68,4	-13,4	97,9	-13,9	-78,5	-12,8	160,4	55,4	-100,0	-33,5	5,9	-17,5
Petróleo e biocombustíveis	-37,6	122,1	110,2	2.038,5	-36,0	352,3	-35,0	-59,1	-1,8	220,7	-78,0	47,6	-78,5	2.272,7	-75,0	1,4
Produtos químicos	-59,4	22,8	135,6	-13,4	-59,8	17,4	31,0	-2,0	-78,0	23,5	-26,0	29,9	-64,4	-76,4	257,5	4,1

(Continua)

	0 a 29 funcionários				30 a 99 funcionários				100 a 499 funcionários				500 funcionários			
	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais	Menos de 10 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais
	Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	17,2	-38,5	15,2	-0,5	-88,0	-56,2	55,0	-10,7	-74,2	92,8	-26,8	-12,2	-81,2	171,3	-1,9
Borracha e de material plástico	-25,7	16,2	43,2	-31,3	-45,4	12,3	112,0	-1,6	-59,1	9,0	126,5	4,2	-43,4	-33,7	28,4	1,7
Metalurgia	-29,0	3,5	104,1	165,3	0,2	35,9	155,4	20,6	-71,0	133,0	-27,6	-13,2	-85,2	331,9	-76,9	1,4
Equipamentos de informática, eletrônicos	-31,9	8,9	240,8	452,0	-45,8	28,7	30,8	59,4	-40,4	-2,5	12,0	3,6	-70,2	-75,8	1.302,5	-47,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,0	63,5	172,0	5,3	-54,7	23,6	34,8	78,4	-68,2	50,9	-7,6	-5,9	-76,1	32,9	296,4	-7,2
Máquinas e equipamentos	-35,0	42,4	43,7	82,3	-69,5	18,9	16,9	0,6	-62,8	39,5	33,6	7,9	-93,2	-69,2	-6,4	16,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	35,8	-21,5	267,1	429,6	-22,4	69,6	127,8	40,1	-58,1	12,8	103,0	-3,6	-66,7	5,9	199,1	-6,5
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotivos	23,7	-0,4	282,4	-52,7	-16,4	21,3	19,6	63,4	-12,9	28,3	-3,9	-25,9	-86,4	565,0	-92,9	-5,1
Móveis	-12,4	-29,5	141,0	269,9	-67,0	11,0	31,6	45,8	-63,3	-9,6	14,4	-0,3	-4,4	65,6	92,2	-4,1
Produtos diversos	-37,6	50,1	88,8	4,1	-41,9	-15,7	53,1	13,1	-73,9	29,8	-9,2	-5,9	(...)	-66,8	2.890,6	-10,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas	-39,7	-1,0	20,7	-7,2	-49,3	1,4	71,4	68,7	-21,2	-7,4	157,0	-26,6	-100,0	217,8	-47,3	115,1

Fontes: Base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PIA-Empresa e Cadastro Central de Empresas (Cempre) 2018.

Elaboração das autoras.

Data da submissão em: 24 fev. 2020.

Primeira decisão editorial em: 30 ago. 2021.

Última versão recebida em: 12 jul. 2022.

Aprovação final em: 5 out. 2022.